

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

PRINCIPAIS RESULTADOS DE 2020



RECEITA FINANCEIRA LÍQUIDA (ROL)
R\$ 70,4 MM



LUCRO LÍQUIDO
R\$ 22,4 MM



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

EBITDA
46,2 MM

EBITDA Ajustado
49,9 MM

DADOS DE MERCADO EM 31/12/2020

RNEW11 = R\$14,00/Unit
VALOR DE MERCADO
RNEW11 = R\$194,7 milhões

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme informado ao mercado, no dia 16 de outubro de 2019, para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro e honrar os compromissos assumidos com seus diversos stakeholders, a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, o qual foi deferido na mesma data.

Durante o ano de 2020 os administradores e os colaboradores, junto com seus assessores, trabalharam para que um plano de recuperação judicial fosse apresentado e aprovado o mais rápido possível. No dia 18 de dezembro de 2020, a Companhia e determinadas controladas protocolaram dois novos planos de recuperação judicial, sendo um para as Sociedades Consolidadas e outro para as Sociedades do Projeto Alto Sertão III Fase A, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021.

Seguindo as diretrizes do Plano de Recuperação Judicial, no dia 02 de março de 2021 a Companhia informou ao mercado que assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações da Unidade Produtiva Isolada (UPI) do Complexo Alto Sertão III - Fase B, nos termos previstos no Edital, publicado em 27 de janeiro de 2021. A venda aconteceu através de um Leilão por Proposta Fechada, onde a vencedora do processo competitivo foi a Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Prisma Capital Ltda.

Também, conforme previsto no plano, foi recebido o valor de aproximadamente R\$ 362,5 milhões provenientes do empréstimo na modalidade *Debtor in Possession* (DIP) contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participações S.A., em Recuperação Judicial e coobrigações da Companhia e da Renova Participações S.A., em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário estruturada pela Quadra Gestão de Recursos S.A. e emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., conforme previsto e autorizado no âmbito do Processo de Recuperação Judicial. Os recursos obtidos com a Transação permitirão a retomada das obras para conclusão e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

Outra diretriz do Plano de Recuperação Judicial que foi noticiada é o primeiro Processo de Aumento de Capital e Conversão, aprovado no dia primeiro de março com o valor de até R\$ 1,4 bilhões, sendo admitida a homologação parcial, caso o valor subscrito seja igual ou superior a R\$ 332,4 milhões que corresponde ao valor dos créditos a serem capitalizados nos termos dos Planos.

O sucesso das transações, bem como a finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A são pilares estratégicos e fundamentais para o saudável surgimento da Companhia, além de marcos relevantes do compromisso dos administradores com o plano de reestruturação do Grupo Renova.

Além da dedicação para restabelecer o equilíbrio financeiro da Renova, durante o ano de 2020 também foram adotadas medidas de fortalecimento do Programa de Compliance da Companhia, principalmente após a criação da Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade.

Desde março de 2020 a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade em sinergia com as demais diretorias vem implementando uma série de iniciativas voltadas ao aprimoramento dos seguintes pilares do Programa de Compliance:



De maneira a assegurar a efetividade dos pilares do Programa de Compliance da Renova Energia destacamos abaixo os principais indicadores (KPI's) de Compliance de 2020:

- Termo de Compromisso assinado por 100% dos colaboradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, sobre a Política Corporativa Anticorrupção e Novo Código de Ética e Conduta da Renova Energia;
- Auditoria de mais de 6000 contratos de arrendamento da Renova Energia para mapeamento de riscos e planos de ação de fortalecimento dos controles internos;
- Implementação da homologação reputacional de fornecedores, permitindo o monitoramento de mais de 5000 fornecedores por meio de consulta em listas restritivas do CEPIM, CNEP, CEIS, Trabalho Escravo, Beneficiários de Auxílio Emergencial e Termo de Embargo do Ibama;
- Implementação de Matriz de Risco na homologação de fornecedores permitindo a análise aprofundada de mais de 90 fornecedores e seus respectivos sócios, implicando na recomendação para não contratação caso identificados sinais de alertas;
- Adoção de medidas judiciais apropriadas no intuito de preservação de direitos da Renova Energia após a conclusão da investigação independente finalizada em fevereiro de 2020;

• Aprimoramento contínuo dos controles internos da Companhia.
Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Compliance da Renova Energia, sendo importante destacar que a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade tem reportado periodicamente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal a evolução dos indicadores de evolução do referido Programa.

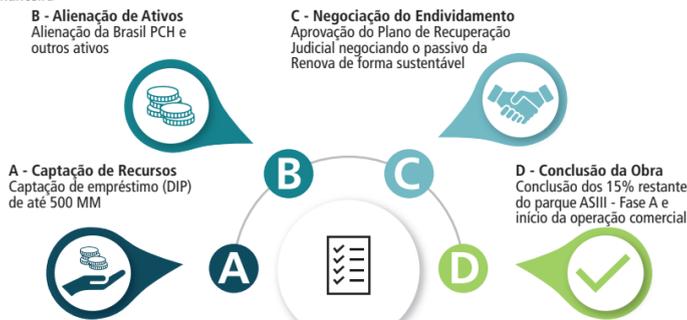
Adicionalmente, a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade também mantém o reporte das principais iniciativas de aprimoramento dos controles e ações implementadas até o momento aos auditores internos e externos, contribuindo assim para o devido monitoramento da evolução e efetividade do Programa de Compliance da Renova Energia.

A Companhia informa ainda que continuará à disposição para colaborar com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes e avaliará, com base nos resultados apurados, a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à conclusão definitiva dessas investigações.

2. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

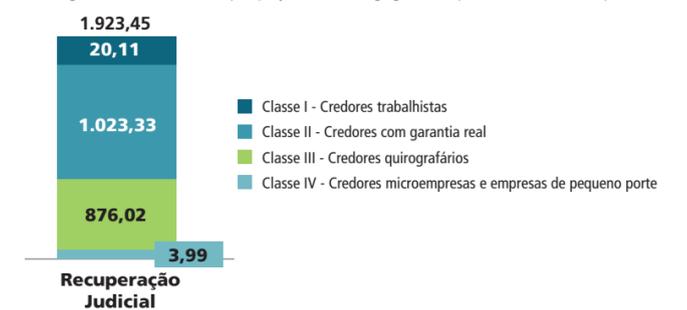
Conforme mencionado anteriormente, em 18 de dezembro de 2020, a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III - Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores realizada nessa mesma data. Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021.

2.1. Recuperação financeira



2.2. Passivos Grupo Renova

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes conforme apresentado a seguir:



2.3. Pagamento dos Credores

Classe I - Trabalhistas
Pagamento de até R\$ 10 mil em até 60 dias, contados da data de publicação da decisão da homologação do PRJ.
Saldo após o pagamento inicial:
• Opção A: 100% em parcela única em até 12 meses da homologação com juros de TR+0,5% a.a.;
• Opção B: 100% com 6 meses de carência e amortização em 18 meses com juros de 120% CDI, contados a partir da homologação.

Classe II - Garantia Real
Carência:
• Carência de pagamento de juros e principal de 24 meses, com juros capitalizados no período a partir da data do pedido de recuperação judicial;
• Pagamento de valor total de R\$ 100 mil para todos os Credores Classe II, divididos pro-rata conforme seus créditos, a cada 6 meses durante o período de carência de juros, iniciando-se o primeiro pagamento 6 meses após a publicação da decisão de homologação do plano.
Amortização 18 parcelas semestrais após a carência de principal, de acordo com a escala abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%
Ano 4	2,5%	2,5%
Ano 5	2,5%	2,5%
Ano 6	2,5%	2,5%
Ano 7	2,5%	2,5%
Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 11	16,0%	18,0%

Na hipótese de venda da UPI Diamantina e caso os recursos obtidos não sejam suficientes para a quitação integral dos Créditos com Garantia Real, o saldo será pago em parcela única na data da última parcela prevista no fluxo de pagamentos acima.

Classe III - Quirografários
R\$ 2 mil reais para cada credor, sendo 50% em 90 dias e 50% em 180 dias a contar da data de publicação da decisão de homologação.
Saldo:
• Carência de pagamento de juros e principal de 24 meses, com juros capitalizados no período a partir da data do pedido de recuperação judicial;
• Pagamentos semestrais durante o período de carência de juros no valor total de R\$ 100 mil a serem divididos pro-rata entre todos os Credores Classe III, conforme seus créditos, iniciando-se o primeiro pagamento 6 meses após a homologação do plano;
• Juros de TR + 0,5% a.a., pagos em parcelas trimestrais, a partir da data do término da carência de juros;
• Amortização 24 parcelas semestrais após a carência de principal, de acordo com a escala abaixo.

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%
Ano 4	2,5%	2,5%
Ano 5	2,5%	2,5%
Ano 6	2,5%	2,5%
Ano 7	2,5%	2,5%
Ano 8	2,5%	2,5%
Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 14	10,0%	12,5%

Na hipótese de venda da UPI Diamantina e caso os Créditos com Garantia Real tenham ainda um saldo de R\$ 150 milhões, 50% do saldo dos créditos ASIII Fase A

Quirografários será pago em parcela única na data da última parcela prevista no fluxo de pagamentos acima.

Classe IV - Micro e Pequenas Empresas

Pagamento de até R\$ 20 mil por credor em até 90 dias, contados da data de publicação da decisão de homologação do PRJ.

Juros de CDI, contados da data de homologação, pagos na liquidação.

Saldo após o pagamento inicial:
• Amortizado em até 12 meses a partir da homologação do PRJ.

2.4. Conversão de Créditos

Todos os Credores Concursais e Credores Extraconcursais poderão converter, a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus Créditos, que tenham fato gerador anterior à Data do Pedido, em capital social da Companhia, nas seguintes condições:
• Opção a ser realizada em até 24 meses conforme tabela abaixo:

	De*	Para*
1ª Janela do Pedido de Conversão	D+0	D+30
1º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+31	D+120
2ª Janela do Pedido de Conversão	D+121	D+150
2º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+151	D+270
3ª Janela do Pedido de Conversão	D+271	D+300
3º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+300	D+390
4ª Janela do Pedido de Conversão	D+391	D+420
4º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+421	D+510
5ª Janela do Pedido de Conversão	D+511	D+540
5º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+541	D+630
6ª Janela do Pedido de Conversão	D+631	D+660
6º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+661	D+740

*D=Data de Homologação

- A primeira conversão será realizada em até 120 dias contados da data de homologação;
 - As conversões poderão ocorrer em ações ordinárias ou preferenciais;
 - As conversões subsequentes não poderão ser realizadas em intervalos inferiores a 90 dias, e o valor mínimo agregado dos créditos a serem convertidos não poderão ser inferiores a R\$ 15 milhões;
 - O preço de conversão para a capitalização de créditos será equivalente ao preço médio ponderado por volume das ações da Companhia na B3 verificado nos 30 pregões anteriores à data do pedido.
- A Integra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

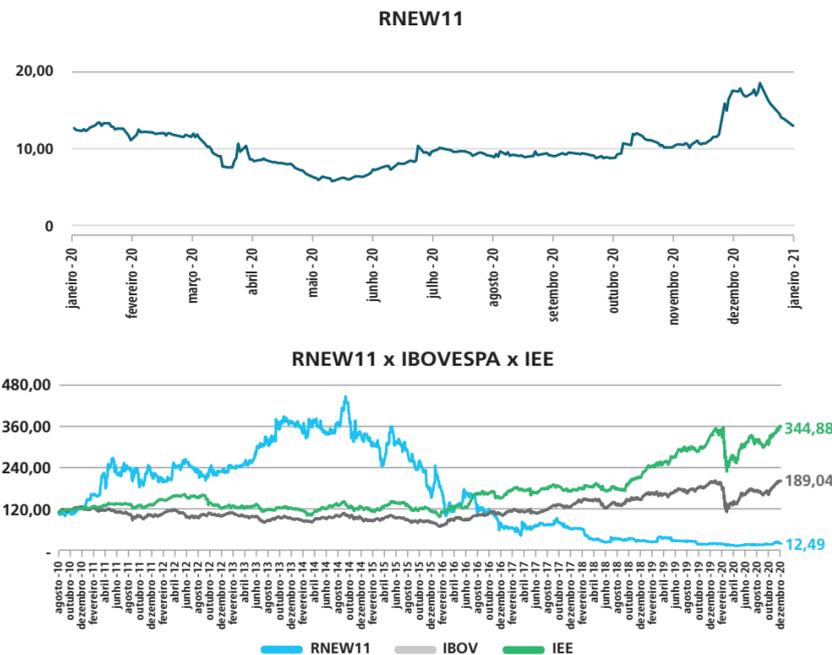
3. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	2020	2019	Variação
Receita operacional bruta	74.300	105.457	-29,5%
(-) Impostos - Pis, Cofins e ICMS	(3.803)	(7.267)	-47,7%
Receita operacional líquida (ROL)	70.497	98.190	-28,2%
Custos não gerenciais	(889)	(785)	13,2%
Custos gerenciais	(39.094)	(56.203)	-30,4%
Depreciação	(6.789)	(9.369)	-27,5%
Lucro bruto	23.725	31.833	-25,5%
Despesas administrativas	(112.213)	(394.077)	-71,5%
Depreciação administrativa	(5.925)	(6.798)	-12,8%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	(3.646)	(259.403)	-98,6%
Receitas/Despesas Financeiras	26.577	(444.335)	n.a
Resultado de equivalência patrimonial	131.590	102.152	28,8%
Amortização da mais-valia	(36.303)	(36.303)	n.a
IR e CS	(1.371)	(7.127)	-80,8%
Prejuízo Líquido	22.434	(1.014.058)	n.a

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 245,3 milhões no 4T20 em comparação com o prejuízo de R\$ 235,7 milhões do 4T19 devido principalmente ao: (i) resultado positivo de equivalência patrimonial e (ii) resultado financeiro positivo decorrente da reversão das despesas financeiras provisionadas conforme norma contábil entre o deferimento do pedido e a aprovação do plano de recuperação judicial.

4. DESEMPENHO DA RNEW11 NA BM&FBOVESPA

Segue o desempenho relativo aos últimos 12 meses da RNEW11 em comparação com o Índice Bovespa e Índice de Energia Elétrica.



Com as ferramentas do website da Companhia e do relacionamento constante com acionistas e potenciais investidores em eventos públicos e eventos organizados por bancos de investimento, a área de Relação com Investidores da Renova busca atuar de maneira transparente junto ao mercado, atualizando seus investidores do seu posicionamento, seus projetos em desenvolvimento e perspectivas.

As informações e publicações da Companhia podem ser acessadas no website da Companhia (www.renovaenergia.com.br), no qual também ganham destaque as principais notícias do setor que possam impactar o plano de negócios da Companhia.

5. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

Renova Energia S.A.		
	2020	2019
Lucro (Prejuízo) líquido	22.434	(1.014.058)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	0,54	(24,31)

6. ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Renova estava dividido da seguinte maneira:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.328.648	83.97672	1	0,0000%	26.328.649	63,1084%
Ricardo Lopes Delneri	1.642.183	5,2378%	-	0,0000%	1.642.183	3,9362%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	2,8204%	-	0,0000%	884.252	2,1195%
CG II Fundo de Investimento	8.686.842	27,7070%	-	0,0000%	8.686.842	20,8219%
Cemig GT	15.115.371	48,2110%	1	0,0000%	15.115.372	36,2308%
Outros Acionistas	5.023.870	16,0238%	10.367.205	100,0000%	15.391.075	36,8916%
CG II Fundo de Investimento	27.359	0,0873%	406.795	3,9239%	434.154	1,0406%
Ricardo Lopes Delneri	170	0,0005%	317	0,0031%	487	0,0012%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	36.162	0,1153%	-	0,0000%	36.162	0,0867%
Renato do Amaral Figueiredo	216.178	0,6895%	504.650	4,8678%	720.828	1,7278%
BNDESPAR	696.683	2,2221%	1.393.366	13,4401%	2.090.049	5,0097%
Spectra Volpi Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	1.712.178	5,4611%	3.424.354	33,0306%	5.136.532	12,3120%
Outros	2.335.140	7,4480%	4.637.723	44,7346%	6.972.863	16,7136%
Total	31.352.518	100,0000%	10.367.206	100,0000%	41.719.724	100,0000%

¹Ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

7. GLOSSÁRIO

- Alto Sertão III ("AS III")** - 44 parques eólicos da Renova em fase de implantação, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 736,8 MW.
 - Alto Sertão III Fase A** - 24 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 411,0 MW.
 - ANEEL** - Agência Nacional de Energia Elétrica
 - ESPR** - Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova e composta pelas 3 PCHs da Companhia
 - LER** - Leilão de Energia de Reserva
 - Mercado Livre** - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização
 - Mercado Regulado** - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL
 - PCHs** - Pequenas Centrais Hidrelétricas
 - PPR** - Programa de Participação de Resultados
- Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 381/03, divulgamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes ("BDO") que prestam serviço para a Companhia e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.



→☆ continuação

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 1º de Janeiro de 2019 - Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado			Controladora			Nota explicativa	Consolidado			Controladora				
		31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019		31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019		
Ativos																
Circulantes																
Caixa e equivalentes de caixa	7	29.374	4.782	14.929	10.070	81	69									
Aplicações financeiras	7	18.777	1.277	13.778	-	-	-									
Contas a receber de clientes	8	4.220	3.641	8.210	150	26	18									
Tributos a recuperar	9	12.687	9.846	4.482	218	158	458									
Partes relacionadas	26	-	-	-	25.879	14.352	1.217									
Dividendos a receber	11.4	-	-	9.180	42.724	10.177	10.177									
Adiantamentos a fornecedores		722	495	2.491	511	319	766									
Despesas antecipadas		1.090	766	-	161	26	-									
Outros créditos		595	381	869	259	10.287	366									
Total dos ativos		67.465	21.188	53.939	79.972	35.426	13.071									
Ativos classificados como mantidos para venda	29	930.112	-	1.683.768	182.387	-	281.712									
Total dos ativos circulantes		997.577	21.188	1.737.707	262.359	35.426	294.783									
Não circulantes																
Aplicações financeiras	7	296	6.360	7.864	296	6.360	7.864									
Cauções e depósitos vinculados	10	-	11.502	10.866	-	-	-									
Tributos diferidos		-	934	1.773	-	-	-									
Depósitos judiciais	19	3.198	11.132	20.818	2.385	8.925	20.818									
Partes relacionadas	26	-	-	-	176.659	66.654	3									
Outros créditos		60	5.665	6.214	60	60	60									
Investimentos	11	-	552.526	580.280	1.038.857	1.071.618	1.118.207									
Imobilizado	12	1.295.801	1.680.735	239.396	6.387	82.456	58.500									
Total dos ativos não circulantes		1.299.355	2.268.854	867.211	1.224.644	1.236.073	1.205.452									
Total dos ativos		2.296.932	2.290.042	2.604.918	1.487.003	1.271.499	1.500.235									
Passivos e patrimônio líquido negativo																
Circulantes																
Fornecedores	14	45.492	345.579	48.531	9.485	46.165	44.673									
Empréstimos e financiamentos	15	380.461	1.506.999	348.669	380.348	368.662	341.568									
Tributos a recolher	16	11.064	21.868	5.373	5.179	7.722	3.658									
Salários, encargos e férias a pagar		7.471	8.125	8.625	7.471	8.124	8.625									
Contas a pagar - CCEE/Elektrobras	17	17.373	48.815	13.114	-	-	-									
Arrendamentos a pagar	13	684	4.297	-	613	3.877	-									
Outras contas a pagar	18	93.538	109.927	151.136	29.105	25.374	-									
Partes relacionadas	26	43.131	848.138	283.472	43.131	848.138	-									
Provisão para contrato oneroso	20	17.854	33.069	37.022	-	-	-									
Provisão para custos socioambientais		-	1.014	-	-	-	-									
Total dos passivos circulantes		617.068	2.927.831	896.956	475.332	1.308.062	398.524									
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	29	107.970	-	1.298.415	13.946	-	43.000									
Total dos passivos circulantes		725.038	2.927.831	2.195.371	489.278	1.308.062	441.524									
Não circulantes																
Empréstimos e financiamentos	14	301.826	-	-	44.067	-	-									
Debêntures privadas	15	1.082.641	55.299	63.587	-	-	-									
Tributos a recolher	16	-	-	-	51.137	-	-									
Contas a pagar - CCEE/Elektrobras	17	20.275	16.652	-	3.661	-	3.697									
Arrendamentos a pagar	13	40.778	15.539	20.664	-	-	-									
Partes relacionadas	26	984.641	172.684	337.548	1.327.839	439.103	527.981									
Provisão para perda sobre investimentos	11	-	-	-	96	15.752	-									
Provisão para contrato oneroso	20	481	-	-	-	-	-									
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	132.826	195.175	81.259	132.177	175.383	81.259									
Outras contas a pagar	18	103.223	1.024	6.445	67.698	-	-									
Total dos passivos não circulantes		2.679.531	492.639	509.503	2.105.362	1.093.865	1.158.667									
Patrimônio líquido negativo																
Capital social	20	2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776									
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)									
Reservas de capital		1	1	55.379	1	1	55.379									
Ajuste de avaliação patrimonial		(32.470)	(32.827)	(16.413)	(32.470)	(32.827)	(16.413)									
Prejuízos acumulados		(3.994.187)	(4.016.621)	(3.057.941)	(3.994.187)	(4.016.621)	(3.057.941)									
Total do patrimônio líquido negativo		(1.107.637)	(1.130.428)	(99.956)	(1.107.637)	(1.130.428)	(99.956)									
Total dos passivos e do patrimônio líquido negativo		2.296.932	2.290.042	2.604.918	1.487.003	1.271.499	1.500.235									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	22	70.497	98.190	-	-
Custos dos serviços					
Custo com compra de energia		(32.439)	(48.581)	-	-
Custo de operação		(6.655)	(7.622)	-	-
Depreciações e amortizações	12	(6.789)	(9.369)	(639)	(3.281)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(889)	(785)	-	-
Total	23	(46.772)	(66.357)	(639)	(3.281)
Lucro (prejuízo) bruto		23.725	31.833	(639)	(3.281)
Receita (despesa)					
Gerais e administrativas		(90.491)	(144.832)	(62.238)	(43.597)
Depreciações e amortizações	12	(5.925)	(6.798)	(5.292)	(6.089)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12.9	(3.646)	(259.403)	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas		(21.722)	(249.245)	3.251	(87.292)
Total	23	(121.784)	(660.278)	(64.279)	(136.978)
Resultado de equivalência patrimonial	11.3	95.287	65.849	90.068	(766.326)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(2.772)	(562.596)	25.150	(906.585)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		138	2.992	(713)	3.188
Despesas financeiras		(26.439)	(447.327)	(2.003)	(110.661)
Total	24	26.577	(444.335)	(2.716)	(107.473)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		23.805	(1.006.931)	22.434	(1.014.058)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.433)	(6.743)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		62	(384)	-	-
Total	25	(1.371)	(7.127)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		22.434	(1.014.058)	22.434	(1.014.058)
Lucro líquido (prejuízo) por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	28	-	-	0,54	(24,31)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		22.434	(1.014.058)	22.434	(1.014.058)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	20	357	(16.414)	357	(16.414)
Resultado abrangente total do exercício		22.791	(1.030.472)	22.791	(1.030.472)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		22.434	(1.014.058)	22.434	(1.014.058)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12	12.714	16.167	5.931	9.370
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12.9	3.646	259.403	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	12.2	2.625	7.698	986	958
Comissões e outras penalidades	15.4	(9.006			



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de Reais

quanto à probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica. As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 19. c) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 27. d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: Conforme mencionado na nota 2.3.7.b, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos bens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgadas na nota 12. e) Contrato oneroso: Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato. Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

4. Das autorizações vigentes: 4.1 Mercado regulado (ACR):

Referente Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
PCH				
Cachoeira da Lixa	PROINFPA	697 24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFPA	695 24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFPA	703 24/12/2003	30 anos	11,00 MW
Eólico				
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	109 19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	123 24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	111 19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	115 19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	113 19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	116 19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	114 19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	110 19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	132 28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 ⁽¹⁾	241 01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 ⁽¹⁾	242 01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 ⁽¹⁾	285 25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes. Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente às obrigações presentes nas resoluções autorizativas desses parques, conforme divulgado na Nota 1.1.

5. Comercialização de energia: 5.1 Mercado regulado (ACR):

Companhias do Grupo	Referente Contrato	Compradora	Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Valores atualizado MWh (R\$)	Prazo Inicial	Prazo Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	PROINFPA	Eletrobras	168.009	65.174	121,35	305,29	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	PROINFPA	Eletrobras	149.297	57.903	121,35	305,29	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	PROINFPA	Eletrobras	213.370	41.084	121,35	305,29	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica:										
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	202.880	96.360	105,20	151,26	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	137.544	60.444	113,70	163,49	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	76.101	34.164	111,30	160,04	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	176.183	84.972	103,60	148,96	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	82.350	39.420	104,38	150,09	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	173.200	83.220	103,99	149,52	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	187.680	88.476	105,99	152,40	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	135.964	64.824	104,80	150,69	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	198.004	93.732	105,55	151,77	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 ¹	CCEE	158.288	56.940	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 ¹	CCEE	224.038	80.592	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 ¹	CCEE	126.630	45.552	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente às obrigações presentes nos Contratos de Energia de Reserva do LER2013 e LER2014, conforme divulgado na Nota 1.1. **5.2 Mercado livre (ACL):** A Companhia possui contrato no mercado livre, denominado Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT que totaliza 100,2 MWh médios (não examinado) de energia contratada, com vigência até agosto de 2035 (Nota 26.4). **6. Segmentos operacionais:** A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia: a) PCH - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de pequenas hidrelétricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCH se encontram em fase de operação. b) Eólico - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III, cujos parques encontram-se com suas obras paralisadas. c) Comercialização - Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia. d) Administrativo - Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia. As informações por segmento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

	31/12/2020				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	47.128	-	23.369	-	70.497
Custos não gerenciais	(889)	-	-	-	(889)
Margem Bruta	46.239	-	23.369	-	69.608
Custos gerenciais	(10.108)	(60.719)	(19.645)	(60.835)	(151.307)
Depreciações e amortizações	(6.150)	(634)	-	(5.930)	(12.714)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(3.646)	-	-	(3.646)
Resultado de equivalência patrimonial	95.287	-	-	-	95.287
Receita financeira	687	44	228	(821)	138
Despesa financeira	(6.534)	38.543	2.154	(7.724)	26.439
Imposto de renda e contribuição social	(1.367)	-	(4)	-	(1.371)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	118.054	(26.412)	6.102	(75.310)	22.434
Ativos totais	704.077	1.527.433	48.275	17.147	2.296.932
Passivos totais	100.615	1.590.972	31.394	1.681.588	3.404.569
	31/12/2019				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	42.812	-	55.378	-	98.190
Custos não gerenciais	(785)	-	-	-	(785)
Margem Bruta	42.027	-	55.378	-	97.405
Custos gerenciais	(13.038)	(164.005)	(142.343)	(130.894)	(450.280)
Depreciação	(6.088)	(709)	-	(9.370)	(16.167)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(259.403)	-	-	(259.403)
Resultado de equivalência patrimonial	65.849	-	-	-	65.849
Receita financeira	209	195	(552)	3.140	2.992
Despesa financeira	(7.823)	(289.820)	(74.973)	(74.711)	(447.327)
Imposto de renda e contribuição social	(7.370)	243	(4)	-	(7.127)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	73.766	(713.499)	(162.490)	(211.835)	(1.014.058)
Ativos totais	723.974	1.531.485	14.722	19.861	2.290.042
Passivos totais	106.000	1.645.209	38.685	1.630.576	3.420.470

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019
Caixa		10	27	1	15
Bancos conta movimento		15.678	1.079	10.069	61
Aplicações financeiras de liquidez imediata		19.136	3.676	-	5
Aplicações financeiras		36.304	7.637	296	6.360
		71.128	12.419	10.366	6.441
Transferência para ativos mantidos para venda:		(22.681)	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa		48.447	12.419	10.366	6.441
Total		29.2	-	-	-
Apresentados como:					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		29.374	4.782	10.070	81
Aplicações financeiras		18.777	1.277	-	-
Não circulante					
Aplicações financeiras		296	6.360	296	6.360
Total		48.447	12.419	10.366	6.441

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 86% do CDI. A aplicação financeira apresentada no não circulante é garantidora da fiança constituída pela Controladora em favor da controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. e em 21 de janeiro de 2020 foi utilizada para quitar parte do valor devido a FINEP, conforme descrito na Nota 15.6.b.

8. Contas a receber de clientes:

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019
Comercialização Mercado livre		4.070	8	8	-
Eletrobras - ESPRA		4.395	3.607	-	-
Outros		150	26	26	26
Total		8.615	3.641	36	26
Transferência para ativos mantidos para venda		29.2	(4.295)	-	-
Total		4.220	3.641	26	26

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

11.2 Informações sobre investidas: As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/12/2020					31/12/2019					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH											
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	-	(24.806)	21.219	5.170.101	100,00	101.955	146.283	18.917
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial	359.784	99,99	360	(12)	-	(6)	359.784	99,99	360	(6)	(6)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	744.871.373	99,99	744.871	960.249	(7.741)	91.128	744.871.373	99,99	744.871	876.505	78.892
Eólico											
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	1.578.097.205	99,99	1.556.074	(208.298)	-	(9.437)	1.578.097.205	99,99	1.556.074	(198.861)	(536.630)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	17.361.558	99,99	17.362	2.918	-	(6.211)	17.361.558	99,99	17.362	3.539	(5.357)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	7.559.824	99,99	7.560	(2.459)	-	(8.24)	7.559.824	99,99	7.560	(1.635)	(5.223)
Centrais Eólicas Alcauz S.A. - Em recuperação judicial	14.996.736	99,99	14.997	(2.028)	-	(5.11)	14.996.736	99,99	14.997	(1.517)	(6.579)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	19.142.404	99,99	19.142	(3.397)	-	(7.32)	19.142.404	99,99	19.142	(2.665)	(8.916)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	23.542.317	99,99	23.542	(3.606)	-	(3.57)	23.542.317	99,99	23.542	(3.249)	(6.233)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	6.885.612	99,99	6.886	(2.092)	-	(6.37)	6.885.612	99,99	6.886	(1.455)	(4.591)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	18.011.571	99,99	18.012	(9.992)	-	(4.92)	18.011.571	99,99	18.012	(9.500)	(6.142)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	4.614.138	99,99	4.614	(1.766)	-	(4.91)	4.614.138	99,99	4.614	(1.275)	(3.544)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	14.215.026	99,99	14.215	(4.118)	-	(5.72)	14.215.026	99,99	14.215	(3.546)	(7.289)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	13.014.445	99,99	13.014	(11.782)	-	(6.09)	13.014.445	99,99	13.014	(11.173)	(6.825)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	16.493.153	99,99	16.493	4.200	-	(6.01)	16.493.153	99,99	16.493	4.801	(4.523)
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	10.421.120	99,99	10.421	(3.391)	-						



continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais

11.3 Movimentação dos investimentos: 11.3.1 Consolidado:

Nota explicativa	Investimento			
	Custo	Mais-valia	Ajuste de valor patrimonial	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)	94.266	502.427	(16.413)	580.280
Equivalência patrimonial/amortização da mais-valia	102.150	(36.301)	-	65.849
Dividendos propostos	(77.189)	-	-	(77.189)
Ajuste de valor patrimonial (DRA)	-	-	(16.414)	(16.414)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	119.227	466.126	(32.827)	552.526
Equivalência patrimonial/amortização da mais-valia	131.590	(36.303)	-	95.287
Dividendos propostos	(132.670)	-	-	(132.670)
Ajuste de valor patrimonial (DRA)	-	-	357	357
Transferência para ativo mantido para venda	29.2	(118.147)	(429.823)	32.470
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-

Nota 1: a controlada em conjunto Brasil PCH contratou junto ao Banco Itaú uma operação de Swap para igualar as remunerações ao IPCA das Debêntures - 1ª Série (CDI+2,39%) e 2ª série (IPCA + 8,2647%), qualificado como Hedge de fluxo de caixa. O efeito da marcação a mercado desse instrumento financeiro derivativo resultou em uma perda total de R\$63.667, reconhecidas em outros resultados abrangentes, dos quais a Companhia reconheceu R\$32.470, equivalentes à sua participação de 51%. **11.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado - Brasil PCH S.A.:** A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto. A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW de energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes). O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais estão sendo amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago, R\$754.907 em 2014, foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio. De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as informações contábeis da Brasil PCH (controlada em conjunto):

11.3.2 Controladora:

Companhia	31/12/2019 (reapresentado)	Adições	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda (nota 29.1)	31/12/2020
PCH	-	-	-	-	-	-	-
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	146.283	-	-	(24.806)	21.219	(142.696)	-
Renova PCH LTDA - Em recuperação judicial	(6)	-	-	-	(6)	-	(12)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	876.505	-	357	(7.741)	91.128	-	960.249
Eólico	-	-	-	-	-	-	-
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(198.861)	-	-	-	(9.437)	-	(208.298)
Centrais Elétricas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	3.539	-	-	-	(621)	-	2.918
Centrais Elétricas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.635)	-	-	-	(824)	-	(2.459)
Centrais Elétricas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(1.517)	-	-	-	(511)	-	(2.028)
Centrais Elétricas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(2.665)	-	-	-	(732)	-	(3.397)
Centrais Elétricas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	-	-	-	(357)	-	(3.606)
Centrais Elétricas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.455)	-	-	-	(637)	-	(2.092)
Centrais Elétricas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.500)	-	-	-	(492)	-	(9.992)
Centrais Elétricas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.275)	-	-	-	(491)	-	(1.766)
Centrais Elétricas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(3.546)	-	-	-	(572)	-	(4.118)
Centrais Elétricas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.173)	-	-	-	(609)	-	(11.782)
Centrais Elétricas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.801	-	-	-	(601)	-	4.200
Centrais Elétricas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	(3.016)	-	-	-	(375)	-	(3.391)
Centrais Elétricas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(5.415)	-	-	-	1.020	-	(4.395)
Centrais Elétricas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(6.585)	-	-	-	1.125	-	(5.460)
Centrais Elétricas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(940)	-	-	-	(222)	-	(1.162)
Centrais Elétricas Jequitituba S.A. - Em recuperação judicial	(5.308)	-	-	-	(216)	-	(5.524)
Centrais Elétricas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	(3.343)	-	-	-	(171)	-	(3.514)
Centrais Elétricas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.148)	-	-	-	(191)	-	(3.339)
Centrais Elétricas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(498)	-	-	-	(217)	-	(715)
Centrais Elétricas Emburuçu S.A. - Em recuperação judicial	(547)	-	-	-	(236)	-	(783)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.592)	-	-	-	343	-	(3.249)
Centrais Elétricas Itapua VII Ltda. - Em recuperação judicial	(15.281)	-	-	-	(10.253)	-	(25.534)
Centrais Elétricas Itapua XX Ltda. - Em recuperação judicial	(33)	-	-	-	(11)	-	(44)
Centrais Elétricas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.320)	-	-	-	(400)	-	(1.720)
Centrais Elétricas Itapua IV Ltda. - Em recuperação judicial	(135)	-	-	-	(29)	-	(164)
Centrais Elétricas Itapua V Ltda. - Em recuperação judicial	(94)	-	-	-	(16)	-	(110)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-	-	-	(211)	-	(212)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	27.850	45.867	-	-	(2.227)	-	71.490
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.640	-	-	-	(73)	(12.567)	-
Outras participações ¹⁾	(46)	-	-	-	(15)	-	(61)
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(175.746)	-	-	-	5.986	-	(169.760)
Total	611.688	45.867	357	(32.547)	90.068	(155.263)	560.170

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1. O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$478.687 (R\$459.930, em 31 de dezembro de 2019).

Companhia	01/01/2019 (reapresentado)	Adições	Ajuste de avaliação patrimonial	Cisão parcial	Equivalência patrimonial	Reclassificação ¹⁾	31/12/2019 (reapresentado)
PCH	-	-	-	-	-	-	-
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	127.366	-	-	-	18.917	-	146.283
Renova PCH LTDA - Em recuperação judicial	-	-	-	-	(6)	-	(6)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	814.027	-	(16.414)	-	78.892	-	876.505
Eólico	-	-	-	-	-	-	-
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹⁾	-	56.208	-	100.529	(536.630)	181.032	(198.861)
Centrais Elétricas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(5.357)	8.896	3.539
Centrais Elétricas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(5.223)	3.588	(1.635)
Centrais Elétricas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(6.579)	5.062	(1.517)
Centrais Elétricas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(8.516)	6.251	(2.665)
Centrais Elétricas Conquista S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(6.233)	2.984	(3.249)
Centrais Elétricas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(4.591)	3.136	(1.455)
Centrais Elétricas Tingui S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(6.142)	(3.358)	(9.500)
Centrais Elétricas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(3.544)	2.269	(1.275)
Centrais Elétricas Macambira S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(7.289)	3.743	(3.546)
Centrais Elétricas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(6.825)	(4.348)	(11.173)
Centrais Elétricas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(4.523)	9.324	4.801
Centrais Elétricas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(5.344)	2.328	(3.016)
Centrais Elétricas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(4.048)	(1.367)	(5.415)
Centrais Elétricas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(4.654)	(1.931)	(6.585)
Centrais Elétricas Ico S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(4.135)	3.195	(940)
Centrais Elétricas Jequitituba S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(2.826)	(2.482)	(5.308)
Centrais Elétricas Calianira S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(1.891)	(1.452)	(3.343)
Centrais Elétricas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(1.936)	(1.212)	(3.148)
Centrais Elétricas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(1.307)	809	(498)
Centrais Elétricas Emburuçu S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	-	-	-	(1.432)	885	(547)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	2.713	-	31.774	(72.580)	34.501	(3.592)
Centrais Elétricas Itapua VII Ltda. - Em recuperação judicial ¹⁾	-	1.037	-	(402)	(10.833)	(5.083)	(15.281)
Centrais Elétricas Itapua XX Ltda. - Em recuperação judicial	(24)	-	-	-	(9)	-	(33)
Centrais Elétricas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	131.200	-	-	(131.901)	(619)	-	(1.320)
Centrais Elétricas Itapua IV Ltda. - Em recuperação judicial	(131)	-	-	-	(4)	-	(135)
Centrais Elétricas Itapua V Ltda. - Em recuperação judicial	(84)	-	-	-	(10)	-	(94)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	45.614	-	-	(17.760)	(4)	-	27.850
SF 120 Participações Societárias S.A.	-	-	-	12.641	(1)	-	12.640
Outras participações ²⁾	(27)	-	-	-	(19)	-	(46)
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(549.160)	524.039	-	-	(150.625)	-	(175.746)
Total	568.780	583.997	(16.414)	(5.119)	(766.326)	246.770	611.688

Nota 1: Reclassificação de ativos anteriormente apresentados como mantidos para venda. Nota 2: Demais empresas listadas na Nota 1.

11.4 Movimentação dos dividendos a receber:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.180	10.177
Dividendos propostos	77.189	-
Dividendos recebidos	(86.369)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	132.670	10.177
Dividendos propostos	(132.670)	32.547
Dividendos recebidos	-	42.724
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	85.448

Controladora: o saldo de R\$37.684, em 31 de dezembro de 2020, refere-se a dividendos a receber das controladas Enerbras (R\$30.364) e Chipley (R\$12.360). Consolidado: contemplam os dividendos propostos e recebidos da controlada indireta Brasil PCH.

12. Imobilizado: 12.1 Consolidado:

Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço	-	-	-	-	-	-
Geração	-	-	-	-	-	-
Terrenos	595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797 (27.879)	67.918	95.797	(25.644)	70.153
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336 (15.693)	30.643	46.336	(14.429)	31.907
Máquinas e equipamentos	4%	65.015 (25.192)	39.823	65.015	(23.178)	41.837
Móveis e utensílios	10%	142 (131)	11	142	(131)	11
Equipamento de informática	17%	245 (245)	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692 (22.542)	150	22.692	(22.160)	532
Equipamentos de medição	20%	3.739 (3.600)	139	3.739	(3.363)	376
Equipamentos de torres	20%	2.372 (2.370)	2	2.372	(2.350)	22
Outros	14%	16 (15)	1	16	(14)	2
Total	236.949	(97.667)	139.282	236.949	(91.514)	145.435
Administração	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10%	5.356 (3.691)	1.665	5.356	(3.156)	2.200
Benfeitorias	4%	854 (146)	708	854	(111)	743
Móveis e utensílios	10%	2.118 (1.718)	400	2.114	(1.519)	595
Softwares	20%	3.339 (3.311)	28	3.310	(3.294)	16
Equipamento de informática	20%	3.778 (3.552)	226	3.524	(3.472)	52
Total	15.445	(12.418)	3.027	15.158	(11.552)	3.606
Estoques	-	-	-	-	-	-
Almoxarifado geral	17	-	17	14	-	14
Total do imobilizado em serviço	252.411	(110.085)	142.326	252.121	(103.066)	149.055
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-
Geração	-	-	-	-	-	-
A ratar	681.984	-	681.984	679.011	-	679.011
Estudos e projetos	1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos	12.092	-	12.092	12.092	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.116	-	273.116	273.074	-	273.074
Torres de medição	4.566	-	4.566	3.989	-	3.989
Aerogeradores	1.491.245	-	1.491.245	1.491.228	-	1.491.228
Equipamentos de subestação	447.544	-	447.544	445.995	-	445.995
Adiantamentos a fornecedores	679	-	679	679	-	679
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.417.496)	-	(1.417.496)	(1.413.850)	-	(1.413.850)
Total do imobilizado em curso	1.494.792	-	1.494.792	1.493.280	-	1.493.280
Direito de uso	-	-	-	-	-	-
Geração	-	-	-	-	-	-
Contratos de arrendamento	45.005	(11.868)	33.137	44.573	(6.173)	38.400
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	(374.454)	-	(374.454)	-	-	-
Total imobilizado	1.417.754	(121.953)</				



-☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
 Valores expressos em milhares de Reais

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	Reclassificação ²	31/12/2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13.165)	(1.264)	-	-	-	(14.429)
Máquinas e equipamentos	(21.164)	(2.014)	-	-	-	(23.178)
Móveis e utensílios	(127)	(4)	-	-	-	(131)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	-	(245)
Torres de medição	(20.064)	(2.096)	-	-	-	(22.160)
Equipamentos de medição	(2.652)	(711)	-	-	-	(3.363)
Equipamentos de torres	(1.876)	(474)	-	-	-	(2.350)
Outros	(13)	(1)	-	-	-	(14)
	(82.716)	(8.798)	-	-	-	(91.514)
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(536)	-	-	-	(3.156)
Benfeitorias	(78)	(33)	-	-	-	(111)
Móveis e utensílios	(1.307)	(212)	-	-	-	(1.519)
Softwares	(3.195)	(99)	-	-	-	(3.294)
Equipamento de informática	(3.156)	(316)	-	-	-	(3.472)
	(10.356)	(1.196)	-	-	-	(11.552)
	(93.072)	(9.994)	-	-	-	(103.066)
	159.038	(9.983)	-	-	-	149.055

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	Reclassificação ²	31/12/2019
Imobilizado em curso						
Gerção						
A ratear	259.979	6.383	(958)	(24.625)	438.232	679.011
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	186	-	-	(3)	11.909	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	6.675	-	240	266.159	273.074
Torres de medição	-	-	-	-	3.989	3.989
Arregadores	-	2.644	(6.740)	(345)	1.495.669	1.491.228
Equipamentos de subestação	135	13.002	-	1.261	431.597	445.995
Adiantamentos a fornecedores	207	626	-	(1.697)	1.543	679
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(181.211)	(259.403)	-	-	(973.236)	(1.413.850)
Total do imobilizado em curso	80.358	(230.073)	(7.698)	(25.169)	1.675.862	1.493.280
Direito de uso						
Gerção						
Contratos de arrendamento	-	44.573	-	-	-	44.573
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	(571)	-	-	-	(571)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	-	(5.602)	-	-	-	(5.602)
Total direito de uso	-	38.400	-	-	-	38.400
Total do imobilizado	239.396	(201.656)	(7.698)	(25.169)	1.675.862	1.680.735

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício. Nota 2: Reclassificação de ativos anteriormente apresentados como mantidos para venda.

12.3 Controladora:

	31/12/2020			31/12/2019			
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Gerção							
Torres de medição	20%	22.692	(22.542)	150	22.692	(22.160)	532
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.600)	139	3.739	(3.363)	376
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.370)	2	2.372	(2.350)	22
		28.803	(28.512)	291	28.803	(27.873)	930
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.691)	1.665	5.356	(3.156)	2.200
Benfeitorias	4%	854	(146)	708	854	(111)	743
Móveis e utensílios	10%	2.118	(1.718)	400	2.118	(1.519)	595
Softwares	20%	3.339	(3.311)	28	3.310	(3.294)	16
Equipamento de informática	20%	3.760	(3.534)	226	3.506	(3.454)	52
		15.427	(12.400)	3.027	15.140	(11.534)	3.606
Total do imobilizado em serviço		44.230	(40.912)	3.318	43.943	(39.407)	4.536
Imobilizado em curso							
Gerção							
A ratear		17.918	-	17.918	60.368	-	60.368
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1,062	-	1,062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		11	-	11	11	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.185)	-	(1.185)	(1.722)	-	(1.722)
Total do imobilizado em curso		17.856	-	17.856	59.769	-	59.769
Direito de uso							
Gerção							
Contratos de arrendamento		21.469	(9.319)	12.150	23.044	(4.893)	18.151
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.1)		(26.937)	-	(26.937)	-	-	-
Total imobilizado		56.618	(50.231)	6.387	126.756	(44.300)	82.456

12.4 Movimentações do imobilizado (controladora):

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.1)	Reclassificação ¹	Aumento de capital em controladas ²	31/12/2020
Imobilizado em serviço							
Gerção							
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	-	2.372
	28.803	-	-	-	-	-	28.803
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	4	-	-	-	-	2.118
Softwares	3.310	29	-	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.506	254	-	-	-	-	3.760
	15.140	287	-	-	-	-	15.427
Total do imobilizado em serviço - custo	43.943	287	-	-	-	-	44.230
(-) Depreciação							
Gerção							
Torres de medição	(22.160)	(382)	-	-	-	-	(22.542)
Equipamentos de medição	(3.363)	(237)	-	-	-	-	(3.600)
Equipamentos de torres	(2.350)	(20)	-	-	-	-	(2.370)
	(27.873)	(639)	-	-	-	-	(28.512)
Administração							
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(535)	-	-	-	-	(3.691)
Benfeitorias	(111)	(35)	-	-	-	-	(146)
Móveis e utensílios	(1.519)	(199)	-	-	-	-	(1.718)
Softwares	(3.294)	(17)	-	-	-	-	(3.311)
Equipamento de informática	(3.454)	(80)	-	-	-	-	(3.534)
	(11.534)	(866)	-	-	-	-	(12.400)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(39.407)	(1.505)	-	-	-	-	(40.912)
Total do imobilizado em serviço	4.536	(1.218)	-	-	-	-	3.318

	31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificação ¹	Reclassificação ²	31/12/2020
Imobilizado em curso						
Gerção						
A ratear	60.368	4.940	(986)	(15.449)	-	(46.404)
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	-	-	537
Total do custo do imobilizado em curso	59.769	4.940	(986)	(15.449)	-	(45.867)
Direito de uso						
Gerção						
Contratos de arrendamento	23.044	542	-	(19.208)	(2.117)	2.261
(-) Amortização contratos de arrendamento	(4.893)	(4.426)	-	7.720	-	(1.599)
	18.151	(3.884)	-	(11.488)	(2.117)	662
Total do imobilizado	82.456	(162)	(986)	(26.937)	(2.117)	(45.867)

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas: 15.1 Consolidado:

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação ¹	Reclassificação ²	Aumento (redução) de capital em controladas ³	31/12/2019
Imobilizado em serviço							
Gerção							
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	-	2.372
	28.803	-	-	-	-	-	28.803
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	4	-	-	-	-	2.118
Softwares	3.310	29	-	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.506	254	-	-	-	-	3.760
	15.140	287	-	-	-	-	15.427
Total do imobilizado em serviço - custo	43.943	287	-	-	-	-	44.230

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação ¹	Reclassificação ²	Aumento (redução) de capital em controladas ³	31/12/2019
Imobilizado em serviço							
Gerção							
Torres de medição	(20.064)	(2.096)	-	-	-	-	(22.160)
Equipamentos de medição	(2.652)	(711)	-	-	-	-	(3.363)
Equipamentos de torres	(1.876)	(474)	-	-	-	-	(2.350)
	(24.592)	(3.281)	-	-	-	-	(27.873)
Administração							
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(536)	-	-	-	-	(3.156)
Benfeitorias	(78)	(33)	-	-	-	-	(111)
Móveis e utensílios	(1.307)	(212)	-	-	-	-	(1.519)

15.2 Controladora:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Total
Citibank (15.6.d)	100% CDI ^b	795	188.882	189.677	6.274	185.614
BTG Pactual (15.6.d)	155% CDI	16.634	171.027	187.661	5.747	176.774
Banco Safra (15.6.b)	INPC	301	2.709	3.010	-	-
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") (15.6.d)	100% CDI ^b	44	-	44	-	-
Citibank (15.6.d)	100% CDI ^b	795	188.882	189.677	-	-
BTG Pactual (15.6.d)	155% CDI	16.634	171.027	187.661	-	-
Banco Safra (15.6.b)	INPC	301	2.709	3.010	-	-
Banco Bradesco (15.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	7	-	7	-	-
Banco Itaú (15.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	3	-	3	-	-
Banco Bradesco (15.6.d)	100% CDI ^b	32	-	32	12.196	323.034
Banco Itaú (15.6.d)	100% CDI ^b	11	-	11	4.461	118.183
Banco ABC (15.6.d)	100% CDI ^b	5	-	5	1.785	49.058
Citibank (15.6.d)	100% CDI ^b	8	-	8	3.005	79.585
Subtotal dos empréstimos e financiamentos		22.253	373.745	395.998	38.750	1.093.960
Custo de captação da operação		-	-	-	-	-
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda (nota 29.2)		(4.410)	(11.127)	(15.537)	-	(50.069)
Total de empréstimos e financiamentos		17.843	362.618	380.461	38.750	1.043.891

a) 15% de bônus de adimplência.
b) As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

15.3 Garantias: O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2020, é garantido da seguinte forma:

	BNB (nota 15.6.a)	BNDES (nota 15.6.c)	Banco BTG (nota 15.6.d)	Total
Recebíveis da Espira	374.625	-	374.625	374.625



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de Reais

b. A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2019
Captação de debêntures privadas
Encargos financeiros provisionados
Saldos em 31 de dezembro de 2020

15.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos): As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.3):

Ano de vencimento	Controladora	
	Principal	Encargos
2022	51.000	51.000
2023	-	137
2024	51.000	137
2025	-	137
2026	-	137
2027 a 2031	-	137
2032 a 2036	-	137
Total	102.000	102.000

15.6 Resumo dos contratos: a. Contrato BNB: A controlada indireta Espira, com intervenção da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$ 120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026. São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$138.990), o penhor de ações da Enerbras (R\$152.775), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espira, no valor de R\$374.625 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.813, em 31 de dezembro de 2020, que deverá ser mantida durante todo o prazo da operação de financiamento (Nota 10). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida. Em 28 de abril de 2020, a controlada indireta Espira repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4.798, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal. b. FINEP: Em 19 de dezembro de 2013 a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$107.960, cujos recursos seriam destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possuía carência de 36 meses entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deveria ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplimento pela Controlada Itaparica, a FINEP decretou vencimento antecipado do financiamento e o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrou a integridade da dívida junto a FINEP utilizando R\$6.097 de recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogou no saldo remanescente de R\$2.257, c. BNDES (Empréstimo ponte): Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parâmetros do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R\$163.963. Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento. As dívidas com esses bancos foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III). São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A., Diamantina Eólica Participações S.A. e das SPES na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) cessão fiduciária de 34,72% dos dividendos da Chieply, (iii) penhor das máquinas e equipamentos, (iv) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (v) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (vi) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPES e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vii) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima. d. Outros empréstimos - capital de giro: Banco Modal S.A.: em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão Participações S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário de R\$15.000 acrescida de 100% do CDI mais uma taxa pré-fixada de 6% a.a. junto ao Banco Modal S.A. cujo vencimento ocorreu em 10 de setembro de 2019. Essa operação foi realizada com avalistas Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A. Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina Eólica contratou Cédulas de Crédito Bancário ("CCB") junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A. no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. São garantias da operação cartas fianças emitidas pela controlada Chieply e pela entidade controladora Light S.A., na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplimento pelas controladas Diamantina e Chieply, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 (Nota 18) restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.412, bem como um saldo no valor de R\$15.962 perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB. As dívidas com os bancos mencionados acima foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III). Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário ("CCB") com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal. Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que, dentre outras coisas (i) reconhece natureza extracurricular da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, (ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, (iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e (iv) amortização da dívida com recursos oriundo da venda de ativos (Nota 1.3). As principais garantias da operação são: i) a aval da Chieply e (ii) Cessão fiduciária de 35,28% dos dividendos distribuídos pela Chieply à Renova. Banco BTG Pactual S.A.: Em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor do principal da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI. Considerando a natureza extracurricular do crédito, essa dívida não está sujeita a recuperação judicial e será amortizada com recursos oriundos da venda da UPI Enerbras (Nota 1.3). São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espira, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplimento, mesmo o Banco BTG não tendo decretado o vencimento antecipado da dívida, a Companhia reclassificou o saldo integral da dívida para o passivo circulante, conforme determina a norma contábil, e debêntures privadas. Em 24 de março de 2020 a Companhia emitiu o Instrumento particular de escritura da 4ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, no valor de R\$51.000, em uma única série, com vencimento em 24 de março de 2025, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela controlada Chieply. Os recursos decorrentes dessa emissão foram destinados ao reforço do capital de giro da Companhia. Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os encargos financeiros provisionados de acordo com política contábil da Companhia e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", foram estornados e as dívidas passaram a ser atualizadas de acordo com o referido plano.

16. Tributos a recolher:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ a pagar	101	274	-	-
CSLL a pagar	19	456	-	-
COFINS a recolher	15	132	11	-
PIS a recolher	3	22	2	-
Tributos sobre folha de pagamento	1.091	1.139	1.091	1.139
Tributos retidos de terceiros	3.828	4.766	2.926	2.794
Tributos sobre operações de mútuo	12	8.300	12	1.204
Tributos em parcelamento	25.963	23.394	4.798	6.282
Outros impostos a recolher	521	39	-	-
	31.553	38.520	8.840	11.419
	(214)	-	-	-
Total	31.339	38.520	8.840	11.419

Transfêrencia para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)

	31/12/2020	31/12/2019
Apresentados como:		
Circulante	11.064	21.868
Não circulante	20.275	16.652
Total	31.339	38.520

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R\$4.798 refere-se a: i) débitos de IRRF sobre as operações de mútuo incluídos no parcelamento simplificado junto à Receita Federal do Brasil no ano de 2019, optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 3.795, e (ii) outros débitos de IRRF e IOF sobre operações de mútuo, parcelados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") em dezembro de 2020, através da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 1.003. Em 2019, determinadas controladas como a Chieply SP Participações, Renova Comercializadora de Energia e determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF sobre as operações de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros. Em dezembro de 2020, as controladas Chieply SP Participações e Renova Comercializadora de Energia parcelaram débitos IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e IOF sobre as operações de mútuo junto a PGFN por meio da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O total do montante de débitos parcelados pela controladas segue apresentado na linha de "Tributos em parcelamento" no consolidado no quadro acima.

17. Contas a pagar - CCEE/Eletrabras (consolidado):

	Passivo	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	3.640	10.064
Eletrabras	17.373	38.751
CCEE	21.013	48.815
Total	(3.640)	-
Transfêrencia para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	17.373	48.815
Total	13.733	88.630

Transfêrencia para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)

	31/12/2020	31/12/2019
Total do não circulante	(12.432)	-
Total	1.301	88.630

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$33.802 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.3. **Eletrabras:** O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espira e a Eletrabras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrabras, sendo a parcela a ajustar financeiro resultante dessa apuração compensada nas faturas mensais do ano subsequente. Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espira aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transfêrencia integral do risco hidrológico (SPI00) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 12,45 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 14,68 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2020 anualmente atualizado pelo IPCC até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor). **CCEE:** Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual - ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadrênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%. Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior. **17.1 Movimentação:** A movimentação dos exercícios está apresentada a seguir:

	Transfêrencia para passivos associados a ativos mantidos para venda (nota 29.2)	
	31/12/2019	31/12/2020
Eletrabras	22.777	2.433
CCEE	41.577	17.593
Total do passivo	64.354	20.026

	Multa sobre ressarcimento		Amortização		Atualização	
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Eletrabras	33.778	-	3.275	-	-	-
CCEE	-	22.657	-	33.601	(14.276)	22.777
Total do passivo	33.778	22.657	3.275	33.601	(28.957)	64.354

Nota 1: Reclassificação de passivos anteriormente apresentados como associados a ativos mantidos para venda.

18. Outras contas a pagar:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Penalidades ANEEL (a)	61.080	67.020	-	-
Outros (b)	136.732	43.931	96.803	25.374
Total	197.812	110.951	96.803	25.374
Transfêrencia de passivo para ativo mantido para venda (nota 29.2)	(1.051)	-	-	-
Total	196.761	110.951	96.803	25.374

(a) O saldo provisionado em favor da ANEEL no montante de R\$61.080 refere-se a penalidades aplicadas pelo cancelamento das outorgas dos projetos relacionados a parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, ocorrida em 4 de junho de 2019. (b) Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a: i) passivo com a AES, que será quitado futuramente seja por meio do plano de recuperação judicial, em caso de concursalidade, seja por outros meios, inclusive um possível encontro de contas contra créditos futuros, em caso de não sujeição de tal crédito ao plano de recuperação judicial, no montante de R\$43.291 (Nota 1.2), (ii) negociação realizada com a Casa dos Ventos, conforme descrito na Nota 12.8, no montante de R\$25.375, (iii) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 15.6, no montante atualizado de R\$15.962 (Classe III), (iv) valores a pagar relacionados a processos cíveis e trabalhistas, que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, no montante de R\$44.073, sendo R\$6.981 na Classe I, R\$37.044, na Classe III e R\$48 na Classe IV, (v) Crédito de partes relacionadas cedidas a terceiros, no montante de R\$6.828 foi reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar (Classe III), e (vi) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A, no montante ajustado de R\$4.212 (R\$5.940, em 31 de dezembro de 2019). **19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$132.826 (31 de dezembro de 2019, R\$195.175), sendo R\$28.825 cíveis, R\$8.772 trabalhistas, R\$92.291 fiscais, R\$438, administrativas e R\$2.500, regulatórias. A seguir apresentamos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Cíveis		Trabalhistas		Fiscal		Administrativas		Regulatório		Total	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Saldos em 31 de dezembro de 2018	74.933	6.183	-	-	-	-	143	-	-	-	81.259	-
Adição	50.567	3.524	89.318	-	-	-	-	-	-	-	143.409	-
Atualização	917	642	-	-	-	-	13	-	-	-	1.572	-
Baixa	(24.957)	(1.048)	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.005)	-
Pagamento	(14.273)	(544)	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.817)	-
Cancelamento venda de ativos	9.757	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.757	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	96.944	8.757	89.318	-	-	-	-	-	-	-	195.175	-
Adição (a)	17.157	1.060	-	-	-	-	168	-	-	-	18.385	-
Atualização	205	757	2.918	-	-	-	-	-	-	-	3.929	-
Baixa	(83.888)	(2.358)	-	-	-	-	-	-	-	-	(86.246)	-
Pagamento (b)	(6.392)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.392)	-
Total	24.026	8.216	92.236	-	-	-	373	-	-	-	124.851	-
Honorários de êxito	4.799	556	55	65	-	-	2.500	7.975	-	-	2.500	7.975
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.825	8.772	92.291	-	-	-	438	-	-	-	132.826	-

(a) refere-se substancialmente a complemento de provisão para processo cível relacionado a arbitragem (Nota 1.2.1) no montante de R\$3.638 e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros, no montante de R\$13.519. (b) refere-se substancialmente a transfêrencia da provisão para arbitragem para a rubrica de outras contas a pagar tendo em vista que a sentença foi liquidada com garantias constituídas por terceiro, no montante de R\$43.391 (Nota 1.2.1) e 17). Ademais, a Companhia transferiu para a mesma rubrica valores a pagar relacionados a processos cíveis e trabalhistas, que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, no montante de R\$34.474, sendo R\$1.660 na Classe I e R\$32.814, na Classe III, (c) refere-se a decisão judicial parcial em favor do autor que culminou na liberação do depósito judicial no montante de R\$6.392 pago ao fornecedor conforme descrito no item (a) abaixo.

(d) refere-se a provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico favorável, constituídas com base na avaliação realizada pela Administração da Companhia nos processos que possuem honorários de êxito previstos em contrato, e assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos. A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões

constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$963.648 (31 de dezembro de 2019, R\$203.177), sendo R\$956.824 (31 de dezembro de 2019, R\$196.829) cíveis, R\$2.765 (31 de dezembro de 2019, R\$2.764) administrativas e R\$4.060 trabalhistas (31 de dezembro de 2019, R\$3.584), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constitui nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas: **Prováveis:** (i) Cíveis - refere-se basicamente a: a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto a execução do suposto descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e mantiver provisão de R\$18.456. b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$5.202 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas. **Possíveis:** Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se: a) processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$313.393 (R\$178.429, 31 de dezembro de 2019) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpsu recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplimento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso. b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$650.255 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial. **19.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos:** Como divulgado no Fato Relevante publicado em 20 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia constituiu, em março de 2018, um Comitê de Monitoramento formado por membros do próprio Conselho de Administração e também do Conselho Fiscal para supervisionar a realização de uma investigação interna, conduzida por empresa independente especializada em investigações forenses com suporte de um escritório de advocacia externo inicialmente para avaliação dos fatos tornados públicos relativos à investigação conduzida pela Polícia Civil de Minas Gerais (Investigação Mineira) que depois foi expandida para abranger os fatos tornados públicos relativos a outras investigações, inclusive aquelas relacionadas à Operação "Descarte" e a Operação "E o Vento Levou". A investigação independente foi iniciada em março de 2018 e concluída em fevereiro de 2020. Ao final da investigação interna, o escritório de investigação independente emitiu seu relatório final, que foi apresentado ao Comitê de Monitoramento e ao Conselho de Administração. O relatório final dessas investigações internas acabou por não identificar provas concretas de atos de corrupção ou desvios para campanhas políticas. Todavia, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo: (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões nos anos de 2012 a 2018, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões nos anos de 2012 a 2017 e (iii) falhas nos controles internos da Companhia. Após análise minuciosa dos valores citados no relatório dos Investigadores Independentes a Administração concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da Companhia e assim devem ser mantidos. Por outro lado, a Administração constatou que o valor restante (R\$142 milhões) já havia sido lançado contra o resultado de exercícios em anos anteriores, e, portanto, não produziram nenhum impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de anos anteriores. Ainda, como divulgado no Citeo Fato Relevante de 20 de fevereiro de 2020, a Companhia tem a informação de que os inquéritos policiais da Operação "E o Vento Levou" e da Investigação Mineira ainda não foram finalizados, sendo que as autoridades governamentais poderão levar tempo adicional para concluir todos seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes poderão ser reveladas no futuro. Adicionalmente, em outubro de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos dos Impostos de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRFF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. Conquanto a Companhia tenha apresentado impugnação desse Auto de Infração, advogados externos contratados pela Companhia avaliaram como provável o risco de perda na esfera administrativa na defesa da Companhia. Ademais, em maio de 2020, a 1ª instância administrativa fiscal julgou improcedente



☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
 Valores expressos em milhares de Reais

25. Imposto de renda e contribuição social:

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social
 Aliquota combinada do imposto de renda e contribuição social
 Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação
Exclusões (adições) permanentes
 Despesas não dedutíveis
 Resultado da equivalência patrimonial
 Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido
 Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:
 - Provisões temporárias
 - Prejuízo fiscal e base negativa
 Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado
 Taxa efetiva

Consolidado		Controladora	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
23.805	(1.006.931)	22.434	(1.014.058)
34%	34%	34%	34%
(8.094)	342.357	(7.628)	344.780
(3.404)	(17.595)	(3.257)	(1.125)
32.398	(22.389)	31.180	(260.551)
3.798	4.873	-	-
25.132	(95.729)	9.093	(49.869)
(51.201)	(204.400)	(29.388)	(33.235)
(1.371)	7.127	-	-
6%	1%	-	-

A controladora não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

Controladora	
31/12/2020	31/12/2019
(86.435)	(97.751)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	7.253
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(911.806)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(990.988)

26. Transações com partes relacionadas: 26.1. Controladora:

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mútuo ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	63.770	65.757	792	(3.624)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	-	-	-	884	14	(22.294)	-	-
Chipey SP Participações S.A. - em recuperação judicial	-	-	278.554	199.777	2.867	(10.029)	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial	-	191	-	-	-	-	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	36.889	898	-	-	-	-	-	-
Diamantina Eólica Participações S.A. - em recuperação judicial	2.019	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	1	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	38.909	1.089	343.198	266.418	3.673	(35.947)	-	-
Partes relacionadas ^(5, 6, 7)	-	-	-	-	-	-	-	-
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	750.320	728.266	4.256	(13.667)	-	-
Ricardo Lopes Delneri	-	-	174.704	-	5.380	-	-	-
Renato do Amaral Figueiredo	-	-	97.748	-	2.897	-	-	-
CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-	-	287.557	-	(9.279)	-	-
LIGHT COM Comercializadora de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	1.022.772	1.015.823	12.533	(22.946)	-	-
Ratêio de despesa ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-
Energética Serra da Prata S.A.	258	1.053	-	-	-	-	(3.271)	(3.496)
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	514	150	-	-	-	-	(1.560)	(2.753)
Controladas - LER 2013	5.734	2.948	-	-	-	-	(2.786)	(1.655)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	427	218	-	-	-	-	(209)	(248)
Controladas - ACL (Light I)	8.803	4.179	-	-	-	-	(4.624)	(2.645)
Controladas - ACL (Light II)	5.570	3.787	-	-	-	-	(1.783)	(2.126)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	2.971	2.017	-	-	-	-	(954)	(1.133)
Bahia Holding S.A. - em recuperação judicial	1.518	-	-	-	-	-	(1.518)	-
SF 120 Participações Sociais S.A.	187	-	-	-	-	-	(187)	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - em recuperação judicial	84	-	-	-	-	-	(84)	-
Subtotal	26.066	14.352	-	-	-	-	(16.976)	(14.056)
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 29.2)	(187)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	25.879	14.352	-	-	-	-	(16.976)	(14.056)
Adiantamento para futuro aumento de capital ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	-
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	5.000	5.000	-	-	-	-
Alto Sertão Participações S.A. - em recuperação judicial	99.830	51.952	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - em recuperação judicial	1.109	568	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	1.210	570	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - em recuperação judicial	1.695	694	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - em recuperação judicial	1.934	1.046	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - em recuperação judicial	1.311	594	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - em recuperação judicial	1.055	499	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - em recuperação judicial	1.307	759	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - em recuperação judicial	798	371	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - em recuperação judicial	1.429	675	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - em recuperação judicial	1.450	719	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - em recuperação judicial	1.674	551	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - em recuperação judicial	1.371	509	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - em recuperação judicial	583	267	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - em recuperação judicial	741	344	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - em recuperação judicial	696	378	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - em recuperação judicial	1.079	275	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Calianira S.A. - em recuperação judicial	693	199	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - em recuperação judicial	614	243	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - em recuperação judicial	324	153	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - em recuperação judicial	375	191	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. - em recuperação judicial	1.876	993	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial	13.422	2.340	-	-	-	-	-	-
Outras participações (*)	1.174	675	-	-	-	-	-	-
Subtotal	137.750	65.565	5.000	5.000	-	-	-	-
Total	202.538	81.006	1.370.970	1.287.241	16.206	(58.893)	(16.976)	(14.056)

26.2. Consolidado:

	Ativo		Passivo		Consolidado		Resultado financeiro	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes (venda de energia) ⁽⁴⁾	5	-	-	7.070	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	(4.447)	-	-
TARD ⁽⁵⁾	-	707.189	718.232	-	-	-	(62.575)	11.043
Adiantamento para futuro aumento de capital ⁽⁷⁾	-	5.000	5.000	-	-	-	-	-
Outras operações com partes relacionadas ⁽³⁾	-	43.131	10.033	-	-	-	-	(6.787)
Total	5	755.320	733.265	7.070	-	(4.447)	(62.575)	4.256
TARD ⁽⁶⁾	-	-	-	-	-	-	-	-
Ricardo Lopes Delneri	-	174.704	-	-	-	-	-	5.380
Renato do Amaral Figueiredo	-	97.748	-	-	-	-	-	2.897
CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-	287.557	-	-	-	-	(9.279)
LIGHT COM Comercializadora de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes (venda de energia) ⁽⁴⁾	-	-	-	18.147	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	(2.278)	-	-
Adiantamentos para compra de energia	-	-	-	-	-	-	(39.937)	-
TARD ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	-	(39.937)	-
Total	43	-	-	18.147	-	(2.278)	(39.937)	-
CLIME Trading Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes (venda de energia)	43	-	-	18.478	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	(16.944)	-	-
Total	43	-	-	18.478	-	(16.944)	-	-
Total	48	1.027.772	1.020.822	7.070	36.625	(23.669)	(102.512)	12.533

26.3. Movimentação:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Ativo	48	43.131	848.138	-
Contas a receber de clientes (Nota 8)	-	-	-	-
Passivo	-	-	-	-
Partes relacionadas (Nota 26)	-	43.131	848.138	-
Não circulante	-	984.641	172.684	-
Passivo	-	-	-	-
Partes relacionadas (Nota 26)	-	984.641	172.684	-
Total	48	1.027.772	1.020.822	-

Saldos em 31 de dezembro de 2018
 Adição
 Amortização
 Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital e rateio de despesas
 Encargos financeiros provisionados
 Reclassificação de ativos mantidos para venda
 Saldos em 31 de dezembro de 2019
 Adição
 Amortização
 Encargos financeiros provisionados
 Reclassificação para outras contas a pagar
 Transferência para ativos mantidos para venda (nota 29.2)
 Saldos em 31 de dezembro de 2020

26.4. Resumo das operações: As principais condições relacionadas às operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir: (1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da controladora. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR (TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a., até março de 2020). (2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia. (3) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela controladora para as controladas e pela CEMIG GT na Companhia. (4) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue: Contrato Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT até agosto de 2035. i. Em 21 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta realizada pela CEMIG GT para a suspensão das obrigações previstas no contrato até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022. ii. Em 10 de outubro de 2019 a controlada Renova Comercializadora e LIGHTCOM assinaram o 4º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i) suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de julho de 2020; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada. (5) TARDs CEMIG - Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos, conforme segue:

	TARD 047/2016	TARD 001/2017	TARD 002/2017	TARD 001/2018
Contrato de fornecimento de energia	25/03/2014 - PPA CEMIG	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 1
Data do recebimento	15 de dezembro de 2015	14 de junho de 2016	outubro de 2016	fevereiro, abril e maio de 2018
Valor recebido	R\$ 60.000	R\$ 94.000	R\$ 118.000	R\$ 55.880
Cessão/Ressarcimento	-	-	R\$ 51.879	-
Data da assinatura	27 de outubro de 2016	24 de novembro de 2017	24 de novembro de 2017	3 de agosto de 2018
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI
Saldos em 31 de dezembro de 2020	R\$ 100.592	R\$ 144.475	R\$ 170.012	R\$ 120.226

	TARD 001/2019	TARD 002/2019	TARD 004/2019	Total
Contrato de fornecimento de energia	23/12/2013 - Lote 1	23/12/2013 - Lote 1	-	-
Data do recebimento	-	janeiro a outubro de 2019	-	-
Valor recebido	-	R\$ 83.300	-	R\$ 411.180
Cessão/Ressarcimento	R\$ 10.196	R\$ 45.987	R\$ 16.589	R\$ 124.651
Data da assinatura	20 de fevereiro de 2019	20 de fevereiro de 2019	30 de abril de 2019	-
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	R\$ 10.957	R\$ 143.510	R\$ 17.417	R\$ 707.189

(*) os valores foram atualizados desde a data dos respectivos recebimentos até a data do pedido de recuperação judicial. Conforme fato relevante divulgado em 13 de outubro de 2019, a Lightcom Comercializadora de Energia S.A., subsidiária da Light Energia S.A., celebrou um Termo de Cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos contra a Renova Energia para o acionista CG I, que posteriormente foram cedidos para os acionistas Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, na proporção de 65% e 35%. Em 21 de dezembro de 2020, o acionista Ricardo Lopes Delneri cedeu parte dos seus créditos para terceiros. Assim o montante de R\$6.828 foi reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar (Nota 18). Conforme plano de recuperação judicial, os créditos detidos por credores partes relacionadas poderão ser quitados da seguinte forma: a. Durante os primeiros 24 meses contados da data de homologação, e desde que observada a Cláusula 6.1.2 do plano de recuperação de judicial, poderão converter, a qualquer tempo e a um exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus créditos concursais ou créditos extracursais em capital social da Companhia. O preço de emissão das ações que resultarem da conversão dos créditos em capital social será equivalente ao preço médio de fechamento das ações da Companhia na B3 apurado nos 30 dias anteriores à data do pedido de recuperação judicial (nota 32.2). Os créditos serão corrigidos a 100% da variação do CDI, a partir da data de homologação até a data da sua conversão em ações. b. Decorrido o prazo de 24 meses contados da data de homologação, os créditos não poderão mais ser convertidos em capital da Companhia. Eventuais saldos de créditos concursais serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Renova Energia e não convertíveis em capital social. Essas debêntures terão vencimento em 60 dias contados da data de quitação integral dos Credores Concursais e Extracursais e, em nenhuma hipótese serão total ou parcialmente amortizadas ou serão objeto de compensação antes da quitação integral dos demais credores concursais. Serão remuneradas a 100% do CDI, desde a data de homologação. A CEMIG, em razão das garantias fiduciárias que detém, terá direito à amortização parcial antecipada dessas debêntures fazendo jus ao recebimento de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos recursos liquidados obtidos com a alienação das UPJs Projetos em Desenvolvimento. E ainda, poderá optar por não receber debêntures e, nesse caso, se realizará adiantamento aos seus atuais instrumentos de dívida. Garantias às antecipações e aos TARDs: O saldo devedor das antecipações e dos TARDs mencionados acima são garantidos da seguinte forma: (i) alienação fiduciária de 30% das ações da Chipey de titularidade da Controladora (Nota 15.6.d); (ii) cessão fiduciária de 30% do fluxo dividendos e/ou de juros sobre capital próprio limitados a R\$35.000 anuais da Chipey; (iii) cessão fiduciária sobre 30% dos recebíveis oriundos da venda das ações da Chipey de titularidade da Controladora e alienadas na forma do item (i) acima (Nota 14.6.d); (iv) alienação fiduciária sobre a integralidade das ações da Bahia Holding e sobre 49,9% das ações da Ventos de São Cristóvão; (v) cessão fiduciária sobre as obras do produto da execução das garantias representadas pelos itens (i) e (iv) acima. (7) Outras operações com partes relacionadas: Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo *debtor-in-possession* ("DIP") junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas,



→☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
 Valores expressos em milhares de Reais

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10.070	76	10.070	76
Aplicações financeiras	–	5	–	5
Contas a receber de clientes	150	26	150	26
Partes relacionadas	25.879	14.352	25.879	14.352
Não circulante				
Aplicações financeiras	296	6.360	296	6.360
Partes relacionadas	176.659	66.654	176.659	66.654
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	9.485	46.165	9.485	46.165
Empréstimos e financiamentos	380.348	368.662	380.348	368.662
Partes relacionadas	43.131	848.138	43.131	848.138
Não circulante				
Fornecedores	44.067	–	44.067	–
Debêntures privadas	51.137	–	51.137	–
Partes relacionadas	1.327.839	439.103	1.327.839	439.103

b) Categorias de instrumentos financeiros: A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado			
	Valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10.237	–	1.106	–
Aplicações financeiras	37.914	–	4.953	–
Contas a receber de clientes	–	4.220	–	3.641
Não circulante				
Aplicações financeiras	296	–	6.360	–
Partes relacionadas	–	–	–	11.502
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	–	45.492	–	345.579
Empréstimos e financiamentos	–	380.461	–	1.506.999
Partes relacionadas	–	43.131	–	848.138
Não circulante				
Fornecedores	–	301.826	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	1.082.641	–	55.299
Partes relacionadas	–	984.641	–	172.684

	Controladora			
	Valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10.070	–	76	–
Aplicações financeiras	–	–	5	–
Contas a receber de clientes	–	–	–	26
Partes relacionadas	–	25.879	–	14.352
Não circulante				
Aplicações financeiras	296	–	6.360	–
Partes relacionadas	–	176.659	–	66.654
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	–	9.485	–	46.165
Empréstimos e financiamentos	–	380.348	–	368.662
Partes relacionadas	–	43.131	–	848.138
Não circulante				
Fornecedores	–	44.067	–	–
Debêntures privadas	–	51.137	–	–
Partes relacionadas	–	1.327.839	–	439.103

c) Mensuração pelo valor justo: Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Descrição	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Valor justo em 31 de dezembro de 2020		Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	
Ativos	38.210	38.210	–	–
Aplicações financeiras	38.210	38.210	–	–
Ativos	11.313	11.313	–	–
Aplicações financeiras	11.313	11.313	–	–

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na mensuração em três grandes níveis, como segue: Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2. **d) Risco de Mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 15, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, BTG, Itaú, ABC, Modal e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI. **e) Análise de sensibilidade (Consolidado):** Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2020, foram adotadas as seguintes premissas: • definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I); • definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e • apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas. Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras: Taxa anual estimada do CDI para 2021	38.210	38.210	38.210
	Efeito anual nas aplicações financeiras:	3,00%	2,25%	1,50%
	Perda	–	–	(91)
Alta do CDI	Outros empréstimos curto prazo: Partes relacionadas:	1.239.723	1.239.723	1.239.723
	Taxa anual estimada do CDI para 2021	1.027.772	1.027.772	1.027.772
	Perda anual nos outros empréstimos e partes relacionadas	3,00%	3,75%	4,50%
		(26.078)	(43.858)	(61.638)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Central do Brasil, com horizonte de um ano, 3%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (2,25% a.a.) e 50% (1,50% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para os outros empréstimos e operações com partes relacionadas que são vinculadas a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (3,75% a.a.) e 50% (4,50% a.a.). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. **f) Risco de Liquidez*** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 15. A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Em 18 de dezembro de 2020 os planos de recuperação judicial da Companhia e determinadas controladas foram aprovados, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.3. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retornar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia. **f.1. Tabela do risco de liquidez e juros:** As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Instrumentos a taxa de juros					
Classe I	7	475	19.627	893.914	20.109
Classe II	–	100	158.049	1.052.063	577.256
Classe III	1.476	4.063	221.956	349.761	3.993
Classe IV	–	508	3.485	–	380.348
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	380.348	–	–	–	51.137
Debêntures	–	–	51.137	–	51.137
Total	381.831	5.146	403.117	1.243.675	2.033.769

g) Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Valor contábil	
	Consolidado	Controladora
	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Circulante		
Contas a receber de clientes	8	4.220
3.641	26	

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **h) Gestão de capital:**

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(2.490.874)	(2.583.223)
Patrimônio líquido negativo	(1.107.637)	(1.130.428)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	48.447	12.419
Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo	(3.550.064)	(3.701.232)

Declaração da Administração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

Diretoria
Marcelo José Milliet
 Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos
 Diretor Vice-Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais

Contadora
Gina Abreu Batista dos Santos - CRC 027321-O-BA

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **RENOVA ENERGIA S.A.** - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes **BDO RCS Auditores Independentes**, os membros do Conselho Fiscal opinaram, por unanimidade, que as demonstrações financeiras estão aptas a serem submetidas à apreciação dos acionistas.

São Paulo, 30 de março de 2021

Daniel Alves Ferreira
Presidente do Conselho Fiscal
 Membros do Conselho Fiscal:
 Daniel Alves Ferreira
 Eduardo Jorge Furtado Lima
 Márcio Hideyuki Momo
 Fernando Dal-Ri Murcia
 Olavo Fortes Campos Rodrigues Júnior



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Renova Energia S.A. - em recuperação judicial

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A. - em recuperação judicial (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Renova Energia S.A. - em recuperação judicial** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A. - em recuperação judicial e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. - em recuperação judicial e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Investigações conduzidas pelas Polícia Civil de Minas Gerais, “Operação Descarte” e “E o Vento Levou”

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19.1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, atualmente encontram-se em andamento investigações conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, conforme os fatos tornados públicos relativos à investigação conduzida pela Polícia Civil de Minas Gerais (Investigação Mineira) que depois foi expandida para abranger os fatos tornados públicos relativos a outras investigações, inclusive aqueles relacionados à Operação “Descarte” e a Operação “E o Vento Levou”.

A Administração da Companhia contratou uma empresa independente especializada com suporte de escritório de advocacia externo para avaliação das alegações e fatos tornados públicos relativos às essas investigações e constituiu um Comitê de Monitoramento para acompanhar estes procedimentos. Em fevereiro de 2020, a empresa independente especializada, concluiu a investigação e emitiu seu relatório que foi apresentado ao Comitê de Monitoramento e ao Conselho de Administração, que não identificou provas concretas de atos de corrupção ou desvios para campanhas políticas. Todavia, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços, pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança e falhas nos controles internos da Companhia. Para fortalecer e aprimorar sua estrutura de controles internos e evitar novas irregularidades, em marco de 2020 foi criada a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade que tem como objetivo principal fortalecer o Programa de *Compliance* da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as divulgações e valores correspondentes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos de alteração da prática contábil e no aprimoramento de divulgação em notas explicativas, com o objetivo de demonstrar comparabilidade e consistência das demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de Impairment de ativo imobilizado

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº12, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem registrado em seu ativo imobilizado o montante de R\$ 1.295.801 mil (consolidado). A maior parte dos bens e direitos envolvidos estão relacionados as suas operações com expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, em caso de indícios de irrecuperabilidade, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado do teste anual de recuperabilidade desses ativos em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas observaram a existência de indicativos de desvalorização de certos ativos imobilizados, e consequentemente reconheceram uma perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 3.646 mil (nota 23). A Companhia e suas controladas realizam teste de *impairment*, baseado no valor em uso, o qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, considera o método do fluxo de caixa descontado, o qual possui diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação e crescimento econômico que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos, além do volume e preço de venda de energia, prazos de continuidade da operação e gastos para reparação e manutenção dos equipamentos, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e suas controladas, especialmente no que diz respeito aos ativos imobilizado, divulgados na nota 12.2 e que foram transferidos para ativos mantidos para venda e às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos por parte da Administração. Consideramos que esse assunto foi importante na nossa auditoria em função da incerteza da realização do saldo.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria foram realizados com apoio de especialistas em finanças corporativas, e incluíram, entre outros: (i) a análise das projeções de resultados para os exercícios futuros;

(ii) a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas nas projeções de resultados;

(iii) verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos bens do ativo imobilizado, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos de natureza civil, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Com base na opinião de seus assessores jurídicos e no melhor entendimento da Administração, em 31 de dezembro de 2020, para os processos considerados de perda provável, foi constituída provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas no montante de R\$ 132.826 mil (consolidado). Adicionalmente, existem diversos processos de natureza civil e trabalhista, considerados como de perda possível pelos assessores jurídicos, no montante de R\$ 963.648 mil, para os quais nenhuma provisão para contingência foi constituída.

Consideramos que esse assunto foi importante na nossa auditoria em função da relevância dos valores envolvidos nos processos, o alto grau de julgamento que envolve a classificação das chances de êxito de cada processo e a estimativa de valor, a determinação se uma provisão deve ser constituída e a probabilidade de desembolso financeiro.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) entendimentos sobre os controles internos que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações das contingências em nota explicativa;

(ii) obtenção de confirmação externa diretamente com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos;

(iii) discussão com a Administração acerca da classificação das chances de êxito de cada processo e a evolução dos principais processos judiciais em aberto;

(iv) verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base na execução dos procedimentos acima mencionados, consideramos que as estimativas das provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas estão adequadas, assim como as divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Impactos da homologação e reconhecimento dos efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial (“PRJ”), o qual foi deferido nessa mesma data. O plano inicial foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III - Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova. Em 18 de dezembro de 2020, os planos foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores e teve a decisão proferida e homologada, nesta mesma data, pelo do Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. A publicação da homologação do Juízo da Recuperação Judicial, por conta do período do recesso forense do judiciário, ocorreu em 14 de janeiro de 2021. A Administração da Companhia entende que a decisão de homologação pelo Juízo da recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, torna os Planos de Recuperação Judicial válidos, e, portanto, produz seus efeitos legais de imediato, tais como a novação dos créditos, e consequentemente, suas obrigações tornam-se exigíveis.

Por ocasião do reconhecimento dos efeitos dos Planos, a Companhia contabilizou a extinção da dívida original, e de forma concomitante, reconheceu a nova dívida, mensurada ao valor justo, nos termos do CPC 48/IFRS 9. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020, sofreram alterações significativas na sua posição patrimonial e financeira, no desempenho individual e consolidado, de suas operações e nos seus fluxos de caixa, individuais e consolidados.

Considerando a relevância dos efeitos contábeis reconhecidos pela Companhia, quando da aprovação pela AGC e homologação pelo Juízo da recuperação judicial, sua complexidade e a existência de julgamento crítico em relação a mensuração da nova dívida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) Leitura e análise da documentação relacionada ao processo de recuperação judicial, incluindo a aprovação dos credores em Assembleia Geral, a decisão do Juízo concedendo a homologação do PRJ e subsequente sua publicação;

(ii) Avaliação da existência de eventos subsequentes à homologação do PRJ, que poderia reverter o reconhecimento dos efeitos legais do PRJ homologado;

(iii) Avaliação da representação dos assessores jurídicos da Companhia e do nosso jurídico interno, acerca da validade dos efeitos legais da aprovação e homologação do PRJ, cujos efeitos contábeis decorrentes do PRJ devem ser reconhecidos em 31 de dezembro de 2020;

(iv) Revisão dos ajustes contábeis registrados em função da aprovação do Plano;

(v) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos acima executados, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre esses assuntos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram examinadas, por outros auditores independentes que emitiram, relatório de auditoria com abstenção de opinião em 16 de abril de 2020 e relatório de auditoria sem ressalvas, contendo seção de “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, em 27 de março de 2019, respectivamente. Como parte de nossos trabalhos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, revisamos os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que foram efetuados para alterar as informações contábeis originalmente apresentadas. Assim, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que estes ajustes não foram adequadamente efetuados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019, tomadas em conjunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019. Portanto, não expressamos opinião, conclusão ou qualquer forma de assecuração sobre essas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 30 de março de 2021



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6 -S - BA